

ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

*Susana Couto Pimentel
Sátilla Souza Ribeiro*

Resumo

A ampliação do acesso de estudantes surdos à Educação Superior torna necessário um aprofundamento na reflexão sobre como as práticas pedagógicas dirigidas a estes sujeitos influenciam no seu processo de permanência nesse nível de ensino. Este artigo tem por objetivo discutir acerca das estratégias de mediação pedagógica para a permanência de acadêmicos surdos no ensino superior. A partir desse objetivo o texto tece algumas abordagens filosóficas da educação de surdos e desconstruindo “velhos” paradigmas, a partir do advento da Lei da Libras como reconhecimento linguístico. Nesse contexto defende-se a compreensão do sujeito surdo como produtor de conhecimento, portanto, um sujeito social, cultural, cognoscente e político. O procedimento metodológico utilizado para discussão desta temática configurou-se em uma pesquisa bibliográfica, Revisão de Literatura Exploratória, que partiu de uma análise estrita de fontes de estudos já elaborados como livros, artigos e periódicos que tratam sobre os aspectos das estratégias pedagógicas, letramento, cultura e das interações em relação à aprendizagem. Para discussão das estratégias de mediação pedagógica voltadas para a permanência de estudantes surdos na Educação Superior autores como COULON (2008); PERLIN (2002); PIMENTEL (2006, 2007, 2012); QUADROS e SCHMIEDT (2006); e VYGOTSKY (1998) dentre outros são utilizados, e apontam como resultados a consolidação de um ensaio teórico e pedagógico que permite a compreensão da temática em questão com vistas a fomentar aprendizagens significativas a fim de favorecer o processo de permanência destes sujeitos.

Palavras-chave: Mediação pedagógica, permanência na Educação Superior, estudantes surdos, Libras

PEDAGOGICAL MEDIATION STRATEGIES FOR PERMANENCE OF DEAF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION

Abstract

The expansion of the access of deaf students to Higher Education makes it necessary to deepen the reflection on how the pedagogical practices directed to these subjects influence in their process of permanence in this level of education. This article aims to discuss pedagogical mediation strategies for deaf academics in higher education. From this objective, the text weaves some philosophical approaches to the education of the deaf and deconstructs "old" paradigms, from the advent of the Brazilian Sign Language (known as "LIBRAS") as a linguistic recognition. In this context it is defended the understanding of the deaf subject as producer of knowledge, therefore, a social, cultural, cognoscent and political subject. The methodological procedure used to discuss this theme was set out in a bibliographic research, Review of Exploratory Literature, which started from a strict analysis of sources of studies already elaborated as books, articles and periodicals that deal with aspects of pedagogical strategies, literacy, Culture and interactions in relation to learning. For discussion of pedagogical measurement strategies aimed at the permanence of deaf students in Higher Education, authors such as COULON (2008); PERLIN (2002); PIMENTEL (2006, 2007, 2012); QUADROS and SCHMIEDT (2006); and VYGOTSKY (1998), among others are used, and point out as results the consolidation of a theoretical and pedagogical essay that allows the understanding of the subject in question with a view to fomenting significant learning in order to favor the permanence process of these subjects.

Keywords: Pedagogical mediation, permanence in Higher Education, deaf students, Brazilian Sign Language (Libras).

INTRODUÇÃO

Este texto nasce de encontros entre sujeitos surdos, usuários da Libras¹, e professores ouvintes ocupados em refletir acerca de suas práticas pedagógicas.

É importante destacar que, a inclusão dos surdos na Educação Superior está amparada na luta da comunidade surda que busca, em suas raízes históricas, ser reconhecida de acordo com suas necessidades, sendo respeitada a sua cultura, identidade e língua. Guerra e Capelário (2013) argumentam que pensar uma sociedade para todos que respeite as especificidades do ser humano é concretizar a realização da inclusão, na qual se requer a inserção de todos no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Garcia (2016) salienta que pensar numa universidade cultural ou multicultural é relevante porque toda e qualquer instituição deve e precisa ser um lugar para todos. “E isso não se limita a democratização das matrículas, mas na organização curricular e didática” (GARCIA, 2016, p. 6).

Assim, na última década tornou-se notório que o acesso de pessoas com deficiência às Instituições de Educação Superior (IES) foi garantido em documentos legais como, a Lei da Libras 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005, porém, a sua permanência também precisa se concretizar (MATOS, 2015). Para tanto, são necessárias estratégias de mediação pedagógicas inclusivas por parte dos docentes que atuam junto a esses sujeitos.

Sabe-se que a universidade que democratiza o acesso a todos precisa apontar também para um processo dinâmico

¹ Os surdos usuários da Libras são os que se reconhecem com sua especificidade linguística e a sua identidade vivenciada nos artefatos culturais, por meio da Língua Brasileira de Sinais (CASTRO, 2011, p.12).

que permite ajustar o fazer pedagógico às demandas dos estudantes. Isso diz respeito à necessidade da instituição se reorganizar para favorecer a aprendizagem de todos, promovendo mediações pedagógicas devidamente planejadas que possibilitem a passagem de um estado de conhecimento menor para outro de conhecimento maior. Reconhece-se assim, como enfatiza Vygotsky (1998), que o ensino eficaz é o que parte do desenvolvimento do aluno, não para se acomodar a ele, mas para fazê-lo progredir através da sua zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

Entendendo-se o contexto universitário como desafiador para todos os surdos, Sampaio e Santos (2002) salientam que problemas de adaptação à vida acadêmica e às “obrigações” que ela “impõe” encaminham muitas vezes ao fracasso e ao abandono. Para tanto, os surdos precisam contornar as “falhas” da trajetória estudantil anterior, como o ensino descontextualizado, dificuldade de compreensão e escrita, conseqüentemente de produção de textos, dentre outros.

Diante disso, este artigo se traduz num convite à reflexão acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas com estudantes surdos na Educação Superior, por entender que as mediações efetivadas pelo docente são relevantes para a permanência do acadêmico surdo.

A elaboração deste trabalho se configurou como uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, Revisão de Literatura Exploratória, que partiu da análise estrita de fontes de estudos já elaborados como livros, artigos e periódicos que tratam sobre a mediação pedagógica, o processo de letramento, a cultura surda e das interações em relação à aprendizagem. Ademais para este estudo foi utilizada também a análise documental da legislação acerca do assunto.

Para discussão dessa importante temática este artigo encontra-se, então, dividido em quatro partes: abordagens pedagógicas na educação de surdos: um panorama histórico; formação docente para a prática pedagógica bilíngue; estratégias pedagógicas direcionadas ao estudante surdo na

Educação Superior; mediação da aprendizagem na Educação Superior e condições de permanência.

1. ABORDAGENS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM PANORAMA HISTÓRICO

Nossa história atual tem aspectos pós-coloniais que se caracterizam por um discurso de prisioneiros, de escravizados. É nesse processo que surgem os aspectos que permitem mostrar as conquistas recentes e, ao mesmo tempo, buscar novos pontos de lutas e novas mudanças relativas ao desenvolvimento cultural dos surdos (PERLIN, 2002, p. 103).

O contexto histórico teve diversas nuances até que a inclusão dos surdos se efetivasse. É mister, então, conhecer um pouco da história da educação de surdos para reflexão sobre as práticas pedagógicas utilizadas em diferentes épocas. Gladis e Strobel (2008) argumentam que o ano de 1880 foi o clímax da história educacional dos surdos, pois foi realizado um Congresso Internacional de Professores de Surdos, em Milão, no qual ficou decidido que o método oral deveria ser o único método de ensino para pessoas surdas, com a presença de fonoaudiólogos para estimulação da audição e oralidade.

Desde então e por muito tempo a força da metodologia oralista se impôs sobre a educação dos surdos e nela estava impregnada a visão patológica, sendo vista como possibilidade de cura e como viabilidade do convívio social dessas pessoas por meio do uso da língua oral. A prática pedagógica era, então, centralizada no processo silábico, isto é, com ênfase na oralização das partes das palavras. Nessa abordagem acreditava-se que o surdo possuía dificuldade de abstração e, portanto, de construção do conhecimento (GLADIS; STROBEL, 2008).

Ao longo desse período houve várias manifestações da comunidade surda contra o oralismo e, graças a esses movimentos, o método fracassou, dando origem a filosofia da Comunicação Total que reconhece além da oralidade, gestos,

línguas de sinais, leitura e outros como formas de educação e comunicação. Contudo, os movimentos surdos por uma política linguística e educacional não pararam por aí e como resultado, ganha força em 1980 o Bilinguismo, o qual no âmbito do Brasil defende que a primeira língua a ser adquirida pelos surdos é a LIBRAS e a segunda é o Português (PERLIN, 2002).

Pensar numa educação bilíngue é, pois, admitir a existência de uma língua com uma estrutura e gramática própria. Para o avanço desta nova concepção foi fundamental o reconhecimento da Libras como a língua da comunidade surda brasileira, através do decreto 5.626/2005.

As características de uma escola bilíngue consistem em dar possibilidade aos sujeitos de se comunicarem em duas línguas, dando a total oportunidade de desenvolvimento cognitivo-linguístico, mas para isso, se faz necessário à formação Docente que deve ser entendida como uma prática contínua.

2. FORMAÇÃO DOCENTE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA BILINGUE

A política de formação de professores para inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, que define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades destes educandos (BRASIL, 1996).

Matos (2015) traz a explicação da palavra docente, e argumenta que esta veio do latim *docens*, significa ensinar. Docente seria, então, aquele que ensina, instrui e informa. Matos salienta que o docente tem, assim, um papel importante no processo de desenvolvimento daquele que aprende, pois no exercício da sua profissão favorece o processo de aprendizagem

do mesmo. Em outras palavras, o docente é um participante presente, envolvido num processo de ensino.

A partir dessa concepção de docência, entende-se que os estudantes surdos demandam que os docentes pensem em estratégias favoráveis ao seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, ao processo de inclusão e permanência.

A proposta de uma docência engajada e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes deve abranger um processo de aprendizado social, isto é, em colaboração com o outro e que utilize a tecnologia à disposição, assegurando as mudanças necessárias ao ambiente educacional.

Porém, para que isso se concretize, entende-se a necessidade e urgência da formação docente, tendo em vista que a inclusão requer não somente a inserção do aluno com deficiência em sala de aula, mas uma educação onde são respeitadas as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo, buscando assegurar para todos os alunos o direito de aprender (PIMENTEL, 2012).

Faz-se, então, necessária “uma formação que tome o campo social da prática educativa e de ensinar como objeto de análise, de compreensão, de crítica, de proposição, que desenvolva no professor a atitude de pesquisar, como forma de aprender” (PIMENTA e ANASTASIOU, 2010 apud MATOS, 2015, p. 53). A formação pressupõe, pois, a reflexão sobre a prática a partir das demandas concretas existentes na sala de aula, de modo que os professores possam, a partir das experiências vividas, refletir e reconfigurar a sua prática em sala de aula. Depreende-se, então, que esse processo formativo deve ser contínuo e no próprio espaço de atuação docente.

3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DIRECIONADAS AO ESTUDANTE SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Conforme já abordado anteriormente, o processo de inclusão requer um professor engajado e comprometido com a aprendizagem de todos os estudantes. Isso demanda o uso de

estratégias pedagógicas que possibilitem que o ensino alcance o seu objetivo fim: a aprendizagem.

Pimentel (2006) salienta que através da mediação pedagógica o professor possibilitará que o estudante conquiste avanços e autonomia na construção do conhecimento.

Numa relação de ensino e aprendizagem, mediar significa fornecer níveis de ajuda, planejados de forma intencional e que se ajustem às necessidades dos educandos. (...) é importante lembrar que esta ajuda não significa ausência de autonomia do educando em desenvolver as atividades que lhe são propostas, ao contrário, está baseada no pressuposto vigotskiano de que aquilo que o aprendiz faz hoje com ajuda, deve ser capaz de fazer sozinho amanhã (PIMENTEL, 2007, p. 64)

Entende-se que, a mediação pedagógica é centrada na compreensão vigotskiana e que os processos psíquicos internos são construídos a partir dos processos interpessoais, ou seja, a aprendizagem requer interação com o outro. Assim, uma “(...) mediação ou cooperação mais individualizada se mostra mais eficaz, pois se constitui num trabalho que ‘respeita’ o tempo de aprender e responder às demandas do contexto” (PIMENTEL, 2007, p. 155).

Sendo assim, a mediação pedagógica poderá envolver a utilização de procedimentos metodológicos e avaliativos diversificados, materiais didáticos adaptados, respeitando os percursos e os ritmos de cada aprendiz. Tais práticas primam pelo respeito às diferenças individuais.

A essas mudanças nos procedimentos metodológicos e avaliativos, no conteúdo ou nos objetivos e ainda nos materiais didáticos, dá-se o nome adaptações curriculares, isto é, modificações necessárias e flexíveis nos elementos do currículo de modo a que se favoreça a inclusão de todos no processo de aprender.

(...) o não reconhecimento das potencialidades desses estudantes e a não flexibilização do currículo podem

ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão (PIMENTEL, 2012, p.140).

Diante da importância dessas adaptações, Matos (2015) em uma pesquisa sobre práticas pedagógicas para estudantes com deficiência no Ensino Superior traz algumas sugestões dos tipos de adaptação curricular necessárias aos estudantes surdos (QUADRO 1).

QUADRO 1. Adaptações curriculares necessárias aos estudantes surdos no Ensino Superior

Tipo de Adaptação Curricular	Atividade
ACESSO AO CURRÍCULO	Fornecer antecipadamente ao Intérprete de Língua Brasileira de Sinais o plano de curso, assim como os materiais impressos que serão utilizados na disciplina, para que o mesmo possa se preparar para a interpretação durante a aula.
	Fornecer, com antecedência, ao estudante o plano de curso do componente curricular, assim como cópias dos meios visuais que serão utilizados em aula, para auxiliar o acompanhamento do conteúdo.
	Utilizar recursos visuais com legenda, visando possibilitar ao estudante o acompanhamento do vídeo de forma visual.
ELEMENTOS DO CURRÍCULO	Valorizar, na correção de provas discursivas e de redação, o aspecto semântico do texto sobre o aspecto formal.
	Organizar as interações entre os alunos de forma que cada um possa falar ao seu tempo.
	Falar diretamente ao estudante, mesmo quando houver intérprete de Libras na sala, e solicitar que todos falem mais lentamente para que os intérpretes possam acompanhar as discussões e assim interpretar com exatidão.
	Evitar dar explicações e escrever no quadro ao mesmo tempo, para que o aluno possa acompanhar a explicação e a tradução do intérprete.

Fonte: Quadro adaptado a partir da construção de Matos, p. 67, 2015.

Pimentel (2012) e Matos (2015), concordam que a flexibilização do currículo possibilita a ampliação ou diminuição do tempo previsto para o alcance de determinados objetivos, desenvolvimento de conteúdos ou realização de atividades. Para as autoras, nesse sentido, o docente organizará o tempo dispensado para cada atividade, conteúdos e objetivos de acordo com a necessidade de cada estudante, considerando as possibilidades de cada um.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em seu artigo 27, determina que as Instituições de Ensino Superior deverão oferecer, quando previamente solicitado pelo estudante, tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. Além de orientar que no processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos.

Um dos problemas, na minha opinião, é a confusão que se faz entre democracia e tratamento igualitário. “Quando um surdo é tratado da mesma maneira que um ouvinte, ele fica em desvantagem”. A democracia implicaria, então, no respeito às peculiaridades de cada aluno – seu ritmo de aprendizagem e necessidades particulares (STROBEL apud SKLIAR, 1998, p.37).

Nesse sentido, o Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais - NAPE, da Universidade Federal da Bahia, em uma publicação intitulada “Orientação aos Professores: dicas sobre a convivência com alunos com deficiência”² traz as seguintes orientações sobre o trabalho com estudantes surdos:

² **Orientações aos Professores da UFBA:** Dicas sobre a convivência com alunos com deficiência. Disponível em: < http://www.galvaofilho.net/noticias/orientacao_professores.htm > Acesso em: 27 de agosto de 2016.

- ✓ Reconhecer a existência de duas realidades distintas: a existência de surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, também, a existência de surdos usuários da Língua Portuguesa, muitas vezes não usuários de LIBRAS, oralizados, e que, em vários casos, realizam a leitura labial. Saber que essas duas realidades necessitam de recursos de acessibilidade bem diferentes, para favorecer o seu aprendizado e comunicação.
- ✓ Utilizar a escrita ou recursos visuais para favorecer a apropriação do conteúdo abordado verbalmente.
- ✓ Favorecer um ambiente de classe sem muito ruído, principalmente em caso de estudante com deficiência auditiva que utiliza prótese auditiva ou Implante Coclear, e também para os que precisam fazer a gravação em áudio das aulas para depois ouvi-las.
- ✓ Organizar a classe de modo que o estudante deficiente auditivo possa visualizar os movimentos orofaciais dos seus professores e colegas, para realizar a leitura labial.
- ✓ Compreender e assegurar o papel do intérprete de LIBRAS em sala de aula.
- ✓ Utilizar o closed caption/legenda oculta quando a aula demandar filmes ou documentários.
- ✓ Evitar falar enquanto escreve na lousa.

A essas recomendações, sugere-se acrescentar que em algumas situações é também necessário ampliar o tempo para realização das provas e demais avaliações.

Em relação aos estudantes surdos não usuários da Libras é fundamental também estar atento às suas demandas e dificuldades, avaliando a necessidade de solicitar à instituição os suportes e recursos de Tecnologia Assistiva (TA) que lhes possam ser úteis na sala de aula.

TA engloba recursos e serviços que favorecem a autonomia plena no desenvolvimento de ações como, lazer, interatividade, processo educacional, entre outras áreas que focalizam a qualidade de vida dos usuários acerca de seu cotidiano diário no que se refere ao desenvolvimento da sua

transição, conhecimento, além do aprendizado por meio da utilização computacional.

Diante do exposto, propõe-se uma ressignificação organizacional, atendendo às políticas culturais e afirmativas do ensino superior, considerando e valorizando as particularidades de cada um, sendo assim, a universidade se constituirá cada vez mais em espaço de democracia, permanência e possibilidades.

4. MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA

O conceito de mediação pedagógica surgiu como característica de uma relação nova entre docente-estudante, e pela formação continuada de sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem (MENEZES; SANTOS, 2001). Segundo os autores, a mediação pedagógica significa a ação do professor que se coloca como um instrumento entre o estudante e a aprendizagem, além de ser um colaborador ativo para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

Nesta relação entre docente-estudante, o docente se constitui como mediador pedagógico entre a informação transmitida e aprendizagem por parte dos estudantes. No que se refere aos estudos a distância, a mediação pedagógica se dá através dos textos e outros materiais colocados à disposição do estudante. Segundo Menezes e Santos (2001), neste cenário, a mediação pedagógica contribui para que os materiais pedagógicos sejam facilitadores na relação entre o aprendizado e a realidade do educando.

Por reivindicar os seus direitos como cidadãos as pessoas surdas passaram a ter maior acesso a um ensino de qualidade, aos meios de comunicações, a atuação dos Tradutores-Intérpretes³ de Libras, estudos surdos e valorização da língua de sinais.

³ **Tradutor:** Pessoa que traduz um texto escrito de uma língua para a outra.
Intérprete: Pessoa que interpreta o que foi dito (QUADROS, 2004, p. 11).

Segundo o Censo de Educação Superior (BRASIL, 2014), das 7.828.013 matrículas efetuadas nesta etapa do ensino em 2014, 1.629 são surdos. Considera-se que, esse acesso no ensino superior teve grande evolução com o Projeto Letras Libras, parceria entre o MEC/Secretaria Nacional de Educação à Distância/Secretaria Nacional de Educação Especial e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que em 2006 ofereceu quinhentas vagas (500) em nove polos, com 55 vagas em cada instituição de ensino. Em 2008, os cursos de licenciatura e bacharelado ofereceram novecentas vagas (900) distribuídas em 15 polos, com 60 vagas cada, sendo 30 para a licenciatura e 30 para o bacharelado (BRUNO, 2011).

Diante desses dados e retomando o texto Constitucional que estabelece a “igualdade de condições de acesso e de permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art. 206), entende-se a necessidade de que a universidade se adeque para o atendimento a essa nova realidade.

Apesar dessa realidade, Garcia (2016) argumenta que o acesso ao ensino superior continua sendo um desafio a ser vencido na integração social com a comunidade acadêmica, principalmente, na comunicação entre o corpo docente, os colegas de turma e os surdos.

Assim, a permanência de estudantes surdos no Ensino Superior é alvo de discussões, uma vez que as barreiras atitudinais construídas pela comunidade universitária, aliadas a falta de compreensão de como lidar com as diferenças se constituem como problemática que por vezes desfavorece a completa inclusão desses estudantes nas universidades.

Diante disso, entende-se que para favorecer e efetivas a inclusão dos estudantes surdos na Educação Superior se faz necessário que, não somente as políticas de acesso sejam efetivadas, mas também as de permanência.

Segundo Guanaes (2016), todo ser humano, independente de sua deficiência, tem capacidade de aprendizado e cabe aos educadores trabalhar com técnicas

de aprendizado específicas para as pessoas com deficiência. A autora apresenta a Lei 13.146/2016 e argumenta que a mesma não assegura somente o acesso e sim a permanência e aprendizagem da pessoa com deficiência na educação.

A referida Lei 13.146/2016, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2016, e fixa punições para atitudes discriminatórias, prevendo mudanças em diversas áreas, com destaque para a educação. A Lei em comento trouxe inovações na inclusão escolar como assegurar oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, estabelecendo ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio.

Por ser a universidade um campo recente de acesso para esses estudantes surdos, muitas vezes o “despreparo” do corpo docente, a barreira linguística entre os estudantes surdos e ouvintes, a falta de recursos visuais, visando à acessibilidade, tem comprometido a permanência de alguns estudantes.

De acordo com Coulon, sociólogo francês, (COULON, 2008)⁴, a permanência requer afiliação, sendo resultado do processo de tornar-se partícipe de um novo grupo com autooia, assimilando suas funções e desenvolvendo habilidades antes desconhecidas.

O estudante afiliado é aquele cuja competência no grupo torna-se um dia a dia, pois desenvolveu todas as características de um membro ativo e resolve as tarefas sem repulsão. A afiliação do sujeito implica no fato de ele “deixar” de refletir no que está fazendo e simplesmente internalizar as ações cotidianas, conseguindo desenvolvê-las de forma autônoma.

Nesse contexto de afiliação reforça-se, então, a importância da mediação da aprendizagem como pressuposto

⁴ Alan Coulon, professor titular de Ciências da Educação na Universidade de Paris, autor dos livros: Escola de Chicago, Etnometodologia, Etnometodologia e Educação, A condição de estudante: a entrada na vida universitária.

para a permanência, criando, assim, possibilidades para que esses estudantes estejam envolvidos no processo de aprender, estabelecendo relações dos conteúdos trabalhados com sua realidade.

CONCLUSÃO

O estudo ora realizado objetivou refletir acerca da práxis pedagógica para a permanência de estudantes surdos na Educação Superior, contribuindo para preencher a lacuna prevalente de pesquisas nessa área.

Os resultados da pesquisa permitem reconhecer alguns desafios que os estudantes surdos enfrentam na Educação Superior, dentre os quais a diferença linguística e às especificidades do seu processo de aprendizagem o que requer práticas pedagógicas diferenciadas. Assim, as estratégias utilizadas com os alunos ouvintes podem não ser adequadas para os surdos. No entanto, essas particularidades poucas vezes são percebidas pelo professor acostumado a lidar com ouvintes, e podem não merecer sua atenção se não houver uma demanda para tal.

Diante do exposto, considera-se a necessidade e relevância de se propor um currículo adaptado para atendimento às necessidades e potencialização das possibilidades apresentadas pela pessoa surda na Educação Superior. Esse currículo adaptado por vezes poderá requerer modificações nas estratégias de mediação, de avaliação, no tempo para realização de atividades, no material didático utilizado e, principalmente, na postura do docente em acolher as diferenças e ouvir o estudante em suas necessidades. Entende-se que esta é uma condição *sine qua non* para que se efetive o processo de inclusão desses sujeitos no contexto de aprendizagem.

Entende-se, portanto, que a práxis pedagógica para a permanência de estudantes surdos no Ensino Superior pode favorecer, positivamente, o processo de ensino e aprendizagem, respeitando a heterogeneidade acadêmica. Assim, as estratégias pedagógicas utilizadas precisam atender às especificidades de

cada educando, mediante a proposta de contribuir para a efetivação de uma educação pautada na inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília, 1999.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP**. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação - 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015**. Agência Senado. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), 2008.

GARCIA, Campos, E. de. Escola Particular 5. **O que todo Pedagogo precisa saber sobre Libras** - Os principais aspectos e a importância da Língua Brasileira de Sinais. Ano 19, número 215. 2016.

GUERRA, Elenir; CAPELARIO, Roseli. **Práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior para surdos**

sob perspectiva sócio-histórica. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. Londrina de 05 a 07 novembro de 2013. Acessível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT02-2013/AT02-029.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

SILVA, Lima, A. M. **Permanência e pós-permanência no Ensino Superior:** um estudo sobre a vida universitária através do programa conexões de saberes. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Dissertação de Mestrado. Salvador-Bahia, 2013.

MATOS, Aline Pereira da Silva. **Práticas pedagógicas para inclusão de estudantes com deficiência na educação superior:** um estudo na UFRB. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado da Bahia, campus Salvador – BA.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete mediação pedagógica. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mediacao-pedagogica/>>. Acesso em: 28 de jan. 2017.

MUNIZ, Dinéa Maria Sobral. **O desejo de ler no contexto socioeducacional brasileiro.** Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

Orientações aos Professores da UFBA: Dicas sobre a convivência com alunos com deficiência. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/orientacao_professores.htm> Acesso em: 27 de agosto de 2016.

PERLIN, G. e STROBEL, K. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Acessível em: <http://www.libras.org.br>

ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/fundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXT0BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

PERLIN, Gladis T. T. **História dos surdos**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002. Acessível em: <<http://livrozilla.com/doc/764677/hist%C3%B3ria-dos-surdos>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

PIMENTEL, S.C. As práticas pedagógicas na atenção às necessidades educativas especiais: uma análise a partir das teorias do currículo. In: SANTOS, Marilda Carvalho; GONÇALVES, Isa Maria Carneiro; RIBEIRO, Solange Lucas. **Educação inclusiva em foco**. Feira de Santana, UEFES, 2006.

PIMENTEL, S. C. **(Con)viver (com) a Síndrome de Down em escola inclusiva**: mediação pedagógica e formação de conceitos. 2007. 212 f. il. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. IN: MIRANDA, T.G; GALVÃO FILHO, T.A. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. – Salvador: EDUFBA, 2012.

Quadros, Ronice Müller de; SCHMIEDT, P.L. Magali. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SAMPAIO, I. S.; SANTOS, A. A. Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.7, n.1, p.31-38, jan. 2002.

SOUZA, R. F. **Teorias de currículo**. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012. 168 p. Acessível em: <<http://pt.slideshare>.

net/blognil/teorias-de-curriculolivro-virtual-12026877>.

Acesso em: 18 de agosto de 2016.

SVARTHOLM, K. (1999). **Bilinguismo dos surdos**. Atualidade da educação bilíngue. Porto Alegre: Mediação, v.2. p. 15-24.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

